

A formação de professores e a sexualidade na BNCC

Teacher's degree and sexuality in the Common National Curricular Basis

Wellington Soares de Lima

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
professorwsl@gmail.com

Luciani de Oliveira

Universidade Estadual de Maringá
lucianideoliveira@hotmail.com

Lourdes Aparecida Della Justina

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
lourdesjustina@gmail.com

Resumo

A sexualidade é tema de diversas rodas de conversa na sociedade, seja ao debater sobre um artista, sobre abordar a violência sexual, ou até mesmo ao se discutir uma gravidez. Para tanto, as pessoas devem ter embasamento científico acerca desse tema, cabendo aos profissionais do ambiente escolar possuir uma formação adequada para trabalhar a sexualidade em sala de aula. Com o objetivo de evidenciar se o último documento oficial educacional brasileiro fornece apontamentos e sugestões para os professores ao trabalharem o tema, analisaram-se palavras associadas à formação de professores e a sexualidade nas duas últimas versões da BNCC. Verificou-se que essas versões se diferem amplamente entre elas no âmbito da sexualidade e ambas não apresentam orientação para os professores abordarem o tema no ambiente escolar. Percebe-se a necessidade de inclusão do tema nas discussões escolares com abordagens adequadas à faixa etária.

Palavras chave: questões de gênero; Base Nacional Comum Curricular; formação docente; ensino fundamental.

Abstract

Sexuality is the theme of many informal chats in the society, it comes up related to an actor, any sexual violence episode, or is even used to talk about pregnancy. Therefore, people must have scientific basis to talk about sexuality, due to it the educational professionals are in charge of having an appropriate education for working with sexuality in class. Aiming to evidence if the last official Brazilian educational documents provide notes for teachers, words related to teachers degree and sexuality were analyzed in the last two versions of the Common National Curricular Basis (BNCC). It was verified that these documents differ from each other regarding sexuality and both do not present any guidelines for teachers on how to

approach the theme in school, but there is a necessity of including the theme in school discussions appropriately for each age range.

Key words: gender issues; Common National Curricular Basis; teacher's degree; elementary teaching.

Introdução

Os assuntos voltados à sexualidade encontram-se em mídias e conseqüentemente nas discussões e conversas da sociedade. Diante disso, escola não deve permanecer omissa, mas ultrapassar a mera abordagem de conceitos biológicos, já que o debate do tema tem influências de caráter individual, familiar, religioso, entre outras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998) voltados para o Ensino Fundamental, destacavam a importância das discussões de sexualidade priorizando o respeito ao próximo.

No que tange a formação de professores, estes não possuem formação adequada para trabalhar o tema em sala de aula, e na maioria das vezes, pela sexualidade possuir também um âmbito biológico (ex: hormônios, órgãos sexuais, etc.), tal responsabilidade recai apenas aos professores de Ciências. Porém, a formação do professor desta área não possui discussões sociais sobre a temática, assim, suas aulas se resumem à função biológica, às doenças relacionadas e aos métodos contraceptivos, não contemplando as relações com o âmbito social (VIEIRA; MATSUKURAM, 2017).

De acordo com os PCNs (BRASIL, 1997; BRASIL 1998), a recomendação é que cada professor em sua determinada área possa abordar os conteúdos para uma melhor orientação sexual dos alunos, orientação no sentido de informação, de proporcionar acesso ao conhecimento, assim, o aluno possuiria em sua formação um debate amplo sobre sexualidade em diversas disciplinas e sistematizaria coletivamente e individualmente suas percepções sobre sexualidade de forma interdisciplinar.

Todavia, está em implantação um novo documento obrigatório para todos os níveis educacionais. Assim, o presente trabalho contempla uma pesquisa qualitativa, na qual partimos do documento norteador educacional mais debatido atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo foi evidenciar como a sexualidade e a formação de professores para este tema é contemplada nesse documento.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa, a qual procura observar os dados estabelecendo relações entre eles e o contexto ao qual se encontra, de forma que se procure apontar como os dados podem ser compreendidos a partir do pesquisador (FLICK, 2009). A pesquisa qualitativa nos possibilita tecer análises descritivas com maior aprofundamento de ideias e contextos.

A partir da análise qualitativa de dois documentos da BNCC, o documento enviado (BRASIL, 2017a) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e o documento homologado (BRASIL, 2017b) pelo Ministério da Educação (MEC), realizamos por meio do mecanismo de busca de palavras do programa de leitor de textos, a busca de parágrafos que possuíam as palavras 'formação docente', 'continuada', 'formação inicial', 'formação de professores', 'sexualidade', 'sexual', 'diversidade', 'gênero'. Para melhor compreensão dessas palavras, observamos também como o parágrafo antecessor e posterior, no qual o mesmo se encontrava. Também, evidenciamos em quais disciplinas os termos eram elencados, e se

existe a prevalência de uma área sobre outra quando se trata do tema sexualidade.

O que diz a BNCC sobre a Sexualidade e a Formação Docente?

A formação de professores trazida pela BNCC (BRASIL, 2017a) é apenas pontual, não expondo quais deveriam ser as necessidades educacionais para estes profissionais, apenas que esta tarefa de formar professores deve ser realizada de forma condizente com outras políticas e ações educacionais.

[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, **referentes à formação de professores**, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação, isto é, da garantia do direito dos alunos a aprender e a se desenvolver, contribuindo para o desenvolvimento pleno da cidadania (BRASIL, p. 08, 2017a grifo nosso).

Conforme a BNCC, a formação de professores deverá ocorrer de acordo com as demais políticas públicas existentes, sem citar quais são esses documentos. Além disso, Gatti (2003, p. 1375) afirma que “é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação”. As ementas e os documentos que se referem a essa mudança já existem, porém não são implementadas no sentido de uma formação contínua, mas de maneira fragmentada. Essa fragmentação faz com que temas como a sexualidade não sejam discutidas na formação inicial e continuada, conseqüentemente muitos professores não sabem como trabalhar essa temática.

O documento homologado (BRASIL, 2017b) difere do anteriormente exposto por apontar que foram elaboradas propostas de formação inicial e continuada de professores, como podemos verificar a seguir:

[...] A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a **revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC**. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC. Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, p. 08, 2017b grifo nosso).

O que se pode constatar com essa afirmação é de que não estão explícitas orientações para o trabalho do professor, somente consta que serão ofertados cursos de formação continuada e adequações dos cursos de formação inicial. Gatti (2008) nos fala que existem muitas iniciativas públicas para a formação continuada no âmbito educacional, entretanto, elas adquiriram efeitos compensatórios de uma formação inicial defasada. Para a autora ainda, os cursos de formação continuada surgiram no intuito de aprimoramento dos profissionais nos avanços, renovações e inovações de suas áreas, de acordo com as produções científicas, técnicas e culturais existentes.

A BNCC encaminhada ao CNE aponta que cabe às escolas abordarem temas contemporâneos que influenciam a vida humana de forma contextualizada,

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/199012) [...] educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/200917), bem como saúde, **sexualidade e gênero**, vida familiar e social [...] e diversidade cultural (Resolução CNE/CEB nº 7/201018). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades de todos os componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas possibilidades e especificidades, tratá-la de forma contextualizada (BRASIL, p. 08, 2017a grifo nosso).

Colocamos em destaque a sexualidade e questões de gênero, que serão novamente apresentadas no nível do Ensino Fundamental, anos finais, devido a faixa etária corresponder ao momento intensas mudanças pessoais, biológicas e sociais, além da ampliação de vínculos de relações humanas. De acordo ainda com a BNCC, as temáticas têm o intuito de favorecer a autonomia do aluno ao ponto de refletir criticamente sobre as informações obtidas (BRASIL, 2017a).

Em contrapartida, na BNCC homologada (BRASIL, 2017b), dentre os temas de destaque, a sexualidade foi modificada da sua versão final, sendo que a enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) havia uma maior ênfase sobre esse tema, como é possível verificar a seguir:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à **sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária**, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2017b, p.325, grifo nosso).

Percebemos no trecho que a sexualidade é trazida de forma generalista e em nosso entendimento, o referido tema ao gerar polêmica nas escolas e na sociedade, pode não ser apresentado e discutido no ambiente escolar, por mais que seja considerado um tema contemporâneo socialmente. Outro fator que foi evidenciado em nossa análise, é a de que não consta no documento enviado ao CNE e na BNCC homologada, como será a formação dos professores e dos alunos sobre a sexualidade.

Isso ocorre devido ao que Silva e Megid Neto (2006, p. 192) remetem em sua pesquisa como as posturas e práticas pedagógicas, “[...] em grande parte, ainda são retrógradas, controladoras e repressoras”, isso quer dizer que em sala de aula o tema sexualidade gera “[...] medo, sentimentos de despreparo, vergonha, insegurança e falta de confiança” (p. 192), que por vezes são desencadeadas por ações pessoais dos docentes que dificultam o trabalho da temática nas escolas.

A disciplina de Arte em todo o Ensino Fundamental recomenda explorar as questões de gênero e sexualidade a partir das experiências e possibilidades corporais, como na dança e teatro. Na disciplina de Ciências da Natureza a sexualidade volta a ser parte do conteúdo apenas dos anos finais do Ensino Fundamental juntamente com aspectos reprodutivos e de saúde. Embora este último possua caráter biológico, o documento enviado ao CNE traz como uma habilidade a ser desenvolvida:

Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da

sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero (BRASIL, 2017a, p. 301).

Em contrapartida, no documento homologado (BRASIL, 2017b), a sexualidade é trazida apenas na disciplina de Ciências da Natureza, na qual verificamos a remoção de alguns trechos na habilidade citada anteriormente, como:

Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017b, p. 347).

Na disciplina de Educação Física, nos anos finais, os estereótipos de gênero e o preconceito também são apontados para o debate em sala de aula na unidade temática ‘lutas’ para que se priorize “[...] a construção de interações referenciadas na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito” (BRASIL, 2017a, p. 193). Nas Ciências Humanas o gênero é novamente trazido na BNCC encaminhada ao CNE, expondo a importância de discutir a diversidade. Na Geografia, apenas nos anos finais, se trabalharia as diferenças sociais e as diversidades em caráter de gênero, etnia, entre outros com objetivo de combater o preconceito. Em História, também apenas dos anos finais, na qual se aborda a formação da sociedade brasileira, novamente as questões de gênero são citadas visando o trabalho com a diversidade cultural, as contradições e articulações entre povos e sociedade.

No documento homologado (BRASIL, 2017b), questões de gênero ou mesmo o termo gênero, dentro do âmbito da sexualidade, não foram mencionados em todo o documento, cabendo, portanto, questionar os motivos de tais remoções das palavras que estão presentes nas discussões sociais do mundo contemporâneo. No documento aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2017b) a vivência e o contato com a diversidade são evidenciados nas competências específicas de cada disciplina, entretanto são trazida sempre de forma geral, e voltada mais amplamente para aspectos culturais e históricos, deixando de forma muito implícita e amena as questões envolvidas à sexualidade.

Os aspectos de preconceito ainda são fortemente debatidos, priorizando o respeito às diferenças tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, sendo uma das competências gerais da BNCC,

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017b, p. 11).

Apesar desse foco social destacando a importância do respeito ao próximo, não é suficiente para abranger aspectos voltados a sexualidade, que acabam por possuir ainda mais invisibilidade, o que já evidenciado por Herneck, Ferraço e Teixeira (2017), que ao trabalhar atividades de dramatizações sobre violência doméstica, com universitários, verificaram a não existência de nenhum casal homossexual. Espejo (2017) expõe que não se debater o tema no ambiente escolar apenas favorece o silenciamento dos casos de preconceito ocorridos na escola, ou até mesmo fora dele.

Na Educação Infantil, em ambos os documentos, os conteúdos e habilidades escolares não são separados por disciplinas, mas observamos em vários momentos o trabalho com a diversidade a fim de preconizar o respeito ao próximo percebendo o outro como diferente e normal (BRASIL, 2017a; BRASIL, 2017b). Todavia, na maior parte das ocorrências do termo, percebemos que o mesmo estaria mais associado aos aspectos culturais em geral e não

precisamente voltados a sexualidade.

Entretanto, a sexualidade não é abordada na BNCC para ser discutida e debatida em sala de aula num viés mais social. Não há orientações aos professores de como se trabalhar a sexualidade em sala de aula, e no documento homologado aparentemente não se abordou o tema com a devida importância para subsidiar a sua inclusão curricular e prática.

Considerações Finais

As diferenças entre o documento encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, e o documento que foi homologado, gerou além de uma surpresa, um descontentamento no âmbito das discussões sobre a sexualidade e questões de gênero, tendo em vista, que a própria BNCC aponta que os temas contemporâneos de nossa sociedade precisam ser abordados na escola, e todos sabem que este tema está amplamente nas mídias.

A retirada dos termos pode fazer com que os professores, além de não possuírem a formação adequada para o trabalho do tema, também não abordem o tema em sala de aula, por diversos motivos, sejam eles pessoais, administrativos, ou até mesmo burocráticos, inviabilizando a liberdade de acesso ao conhecimento científico por parte dos alunos e de certa forma aplicando certa censura ao trabalho do professor.

Sugerimos que a sexualidade, e em destaque as questões de gênero, sejam melhores explicitadas dentro dos documentos oficiais brasileiros. Também, que os cursos de licenciatura do ensino superior, possuam em suas grades disciplinares, o conteúdo de “Sexualidade”, seja como uma disciplina exclusiva ou dentro de outra disciplina que abranja temas socialmente debatidos, onde seria dada a devida abordagem do tema, de acordo com a área disciplinar de formação dos professores, fazendo com que os mesmos possam mediar de melhor forma seus conteúdos vinculados aos temas sociais para os demais níveis de ensino.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento enviado ao Conselho Nacional da Educação**. Brasília: MEC, 2017a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento homologado**. Brasília: MEC, 2017b.
- ESPEJO, J. C. Disidencias sexuales em el sistema escolar chileno: represión e invisibilización. **Educación e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 879-898, Set. 2017.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**, 3 ed., Porto Alegre, Artmed: 2009.
- GATTI, B. A. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de pesquisa**, v. 119, p. 191-204, 2003.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 57-70, 2008.

HERNECK, H. R.; FERRACO, C. E.; TEIXEIRA, M. F. R. Sexualidade e educação: o Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens (CAOJ) de Coimbra-PT enquanto espaço de formação. **Ciência & Educação (Bauru)**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 111-124, Mar. 2017.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 453-474, Jun 2017.

SILVA, R. C. P.; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.